

UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

Gabriel Barros Cunha (PIC/UEM), Ana Cristina Lima Couto (Orientadora). E-mail: aclcouto@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicada, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Economia do Bem-Estar Social/Economia dos Programas de Bem-Estar Social.

Palavras-chave: Bolsa Família; Pobreza; Transferência de Renda.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo principal elaborar o perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Maringá, localizado no estado do Paraná. Como objetivos secundários, realizar revisão de literatura sobre aspectos relacionados ao fenômeno da pobreza e caracterizar os principais programas de transferência de renda implementados no Brasil. A metodologia utilizada é baseada em uma revisão bibliográfica e análise descritiva de dados. Para a parte da revisão teórica utilizou-se literatura multidisciplinar, utilizando textos das áreas de Ciências Econômicas, Ciências Sociais e Assistência Social. Para a parte quantitativa, de análise de dados, foram utilizadas como fonte o Observatório do Cadastro Único e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados mais gerais foram obtidos para o período 2003 a 2025. Para caracterizar o perfil dos beneficiários do PBF em Maringá, os dados são de março de 2025. Dentre os principais resultados destaca-se que desde sua criação, o número de beneficiários do PBF no Brasil tem aumentado, bem como o valor médio do benefício e que este é um mecanismo importante para aliviar a privação de renda de inúmeras famílias. Observou-se ainda que o PBF está mais concentrado na região Nordeste. Em relação ao perfil dos beneficiários de Maringá, as mulheres são maioria. As famílias beneficiárias possuem alto percentual de crianças e adolescentes. Quanto ao nível educacional dos beneficiários, este é muito baixo, o que dificulta a obtenção de emprego e renda e, conseqüentemente, a saída da pobreza.

INTRODUÇÃO

A pobreza é um conceito que pode ser analisado sob diversos aspectos. De forma mais simples, ela pode ser: absoluta, relativa e subjetiva. A pobreza absoluta leva em conta padrões mínimos de subsistência, levando em conta necessidades essenciais, como, por exemplo, a alimentação. Geralmente é medida por uma linha de pobreza em termos de renda per capita. A pobreza relativa leva em conta o padrão de vida que vigora numa sociedade. Por exemplo, ocorre quando uma

pessoa não tem as mesmas oportunidades econômicas para adquirir bens, em relação ao restante da sociedade. Por exemplo, é pobre quem ganha menos do que a renda média que vigora no país ou numa sociedade (Kageyama; Hoffman, 2006). O segmento que tem maior dificuldade para a compreensão é a pobreza subjetiva, pois ela leva em consideração a visão da própria pessoa se considerar pobre por ela não poder participar de programações culturais no ambiente em que ele convive (Puchale, Pereira e Freitas, 2019, p.97) ou por ela se sentir pobre em relação aos demais.

De modo geral, a pobreza está relacionada com privação de renda, sendo 'pobre aquele que ganha abaixo de uma linha de pobreza estabelecida. No entanto, a pobreza vai além, e está relacionada com privação de acesso a elementos que conferem bem-estar e dignidade às pessoas, tais como moradia, saneamento básico, energia elétrica, água potável, trabalho, educação, saúde, segurança etc.

A pobreza é uma das grandes preocupações da sociedade. O Brasil sempre foi caracterizado por altas taxas de pobreza. Vale mencionar que a erradicação da extrema pobreza e da fome é o primeiro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em 2003, no primeiro ano do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Programa Bolsa Família (PBF) a fim de aliviar a pobreza de uma parcela da população brasileira. O programa visa transferir renda de forma direta às famílias a fim de que elas possam atender suas necessidades básicas mais imediatas e, assim, amenizar a pobreza. Os recursos transferidos são variáveis e dependem das características de cada família beneficiária.

A delimitação dos pobres é definida por uma linha de pobreza, que, ao longo da história do programa passou por algumas alterações. Em 2025, a linha de pobreza estabelecida é de R\$ 218,00 de renda domiciliar per capita. Assim, que ganha abaixo desse valor, é considerado pobre. O PBF, de modo geral, é reconhecido como importante mecanismo de alívio da pobreza, pois garante um mínimo de recurso monetário para que seus beneficiários possam subsistir, além de ser um programa que visa inclusão e cidadania dos mais vulneráveis. O PBF se revela como um ótimo fator para aliviar a pobreza e a desigualdade (Rocha, 2013), e isso ocorre pela sua organização, como os benefícios de renda de cidadania (BRC), complementar (BCO), primeira infância (BPI) e o variável familiar (BV). Os benefícios são aspectos importantes para que possa abranger toda a população que necessita do programa.

Nesse contexto, esta pesquisa procura elaborar o perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Maringá, localizado no estado do Paraná, bem como realizar revisão de literatura sobre aspectos relacionados à pobreza e aos programas de transferência de renda, com destaque para o PBF.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada nesta pesquisa baseou-se em uma análise qualitativa e quantitativa. Foi feita uma revisão de literatura, utilizando textos de diversos autores que tratam do tema, tanto da área econômica como de áreas correlatas como as Ciências Sociais e Assistência Social, para melhor compreensão do problema da

pobreza. Apresentou-se os diversos conceitos de pobreza, discussões sobre as linhas de pobreza, muito utilizadas para delimitar os pobres, bem como fez-se uma revisão sobre a importância e evolução dos programas de transferência de renda no Brasil. Apresentou-se os principais aspectos da criação do PBF no Brasil. Em seguida, foi feita uma análise descritiva de dados que mostram a evolução do PBF no Brasil e no Paraná. Por fim, foi feita uma descrição do perfil dos beneficiários do PBF no município de Maringá. Os dados foram obtidos de fontes oficiais, como Observatório do Cadastro Único e IBGE. Os dados mais gerais foram apresentados para o período 2003 – 2025. Para caracterizar o perfil dos beneficiários, as informações se referem a março/2025. As variáveis analisadas foram número de pessoas e famílias beneficiadas pelo PBF no Brasil, por região e por unidade da federação em como o valor médio dos benefícios. Para traçar o perfil dos beneficiários em Maringá, foram utilizadas as seguintes variáveis: sexo, cor, faixa etária, escolaridade, área em que vive (rural x urbana), acesso à água canalizada e tipo de domicílio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o primeiro mandato do governo Lula (2003) foi criado o PBF, programa de referência para as políticas de transferência de renda no Brasil. O programa surge com o objetivo de combater a pobreza e a desigualdade de renda. Para que a pessoa possa ser favorecida pelo programa é necessário que o indivíduo esteja vinculado ao Cadastro Único (CadÚnico), cadastro que surge com o objetivo de facilitar a logística dos beneficiados e o governo federal. Para estar inscrito no CadÚnico, a renda *per capita* da família deve ser de até meio salário.

O PBF surgiu com um total de 3.615.861 de famílias beneficiadas. Em março/2025 são atendidas 19.192.507 famílias, o que representa um crescimento percentual de 430%. O valor médio transferido também cresceu. No início, era R\$ 72,81, tendo crescido 822%, sendo o valor médio pago de R\$ 671,54 (dados de julho de 2025). Em termos regionais, o Centro-Oeste é a região com menor número de beneficiários (5%). Ao contrário, o Nordeste é a região com mais beneficiários e possui 46% do total de beneficiários do país.

O município de Maringá, no ano de 2025, possui 12.273 famílias e 33.190 pessoas beneficiadas pelo PBF (março de 2025), o que representa 7,28% da população total da cidade. As mulheres representam o maior percentual de beneficiários (59%). Quando se analisa a cor/raça, 52% dos beneficiários são brancos, enquanto 47% são negros. Outro ponto importante a se analisar é a faixa etária: crianças entre 7 e 15 anos é o maior grupo etário beneficiado com 24% de participação. Em contraparte, o grupo que é menos expressivo é formado pelos idosos entre 60 e 64 anos e idosos com idade superior a 65 anos, cujos percentuais são 3% e 1%, respectivamente. Isso pode ocorrer porque esse grupo também é o público-alvo de outras políticas, como por exemplo, aposentadorias via Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Em relação à escolaridade, cerca de 34% dos beneficiários em Maringá não têm instrução, 27% possuem ensino fundamental incompleto, enquanto 17% têm o ensino médio completo. Apesar da escolaridade dos beneficiários ser muito baixa, um dado positivo para o município é que um percentual não desprezível (17%) possui o ensino médio completo, que é o mínimo exigido para muitas atividades. Destaca-se que um nível melhor de educação pode ser uma ponte para obtenção de um trabalho de qualidade e uma vida melhor (Sen, 1999). Por fim, quanto aos aspectos da moradia dos beneficiários, constatou-se que 93% moram em casas na região urbana (93%); 92% possuem moradia do tipo particular permanente. Os domicílios são atendidos por água encanada (92%) e possuem pelo menos um banheiro (92%).

CONCLUSÕES

O PBF se caracteriza como uma política benéfica para a população em vulnerabilidade social, minimizando a privação de renda e dando um mínimo para que as pessoas possam subsistir. O programa auxilia milhões de pessoas em nível nacional e regional. Em especial o município de Maringá possui 7,28% de sua população beneficiada pelo PBF. Apesar de Maringá ser uma cidade rica, existem famílias que vivem em situação de pobreza. As mulheres são maioria no programa, o que está condizente com seu papel como principal responsável pelo bem-estar da família. Os brancos são maioria dentre os beneficiários, o que condiz com a prevalência de brancos na população total. A escolaridade dos beneficiários é baixa, embora destaque-se que 17% possui ensino médio completo. Recomenda-se a importância de investimentos em educação e em medidas para geração de emprego para emancipação das famílias mais vulneráveis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Estadual de Maringá e ao Departamento de Economia e ao Programa de Iniciação Científica (PIC/UEM) pela oportunidade de realizar este trabalho.

REFERÊNCIAS

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, p. 79 – 112 n. 1 (26), jan./jun. 2006.

PUCHALE, Caroline Lucion; PEREIRA, Ohanna Larissa Fraga; FREITAS, Clailton Ataídes. Pobreza multidimensional e seus determinantes: uma análise econométrica para os estados brasileiros com menor e maior IDH. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 26, p. 92 – 113, 2018.

34º Encontro Anual de Iniciação Científica
14º Encontro Anual de Iniciação Científica Júnior



12 e 13 de novembro de 2025

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Schwarcz S.A., v. 11, 1999.

ROCHA, Sonia. **Transferência de renda no Brasil: O fim da pobreza?**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier Ltda, 2013.